



# A PERSPECTIVA ESTATAL DA MOBILIDADE E A SUBJETIVIDADE DOS QUE SE DESLOCAM: A MIGRAÇÃO HAITIANA AO BRASIL

*Marcele Scapin Rogerio<sup>1</sup>*

## RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar, teoricamente, como o posicionamento do Estado diante das migrações pode influenciar na relação de alteridade entre os nacionais diante dos indivíduos que se deslocam. Além disso, visa identificar o significado da mobilidade para os migrantes haitianos, sobretudo dos que se estabelecem no Brasil. Identifica-se que o projeto migratório de alguns migrantes simbolizam o projeto de vida, o sonho de muitos, caracterizando o protagonismo e autonomia do migrante. Este estudo é resultado de uma pesquisa etnográfica, realizada entre os anos de 2017 a 2020 no Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, região que atrai haitianos devido às oportunidades laborais, aliado às pesquisas bibliográfica e documental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Migração. Políticas Estatais. Mercado de trabalho. Haitianos. Protagonismo.

## THE STATUS PERSPECTIVE OF MOBILITY AND THE SUBJECTIVITY OF THOSE WHO DISPLACEMENT: HAITIAN MIGRATION TO BRAZIL

### ABSTRACT

The article aims to analyze, theoretically, how the position of the State in the face of migration can influence the relationship of otherness among nationals in relation to individuals who move. In addition, it aims to identify the meaning of mobility for Haitian migrants, especially those who live in Brazil. It is identified that the migratory project of some migrants symbolizes the life project, the dream of many, characterizing the role and autonomy of the migrant. This study is the result of an ethnographic research, carried out between the years 2017 to 2020 in the Taquari Valley, in Rio Grande do Sul, a region that attracts Haitians due to job opportunities, combined with bibliographic and documentary research.

**KEYWORDS:** Migration. State Policies. Labor market. Haitians. Protagonism.

## INTRODUÇÃO

A presença do migrante nem sempre é vista com bons olhos pelos nacionais, os quais percebem nele uma ameaça, seja pela diferença identificada ou pelo medo de que ocupem as vagas de trabalho disponíveis no mercado de trabalho. Esse estranhamento,

---

<sup>1</sup>Doutora em Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES. Mestra em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI. Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Graduada em Direito pela Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. Docente do Curso de Direito na Sociedade Educacional Três de Maio - SETREM. Advogada. Assessora parlamentar na Câmara de Vereadores de Cruz Alta - RS.

muitas vezes, é despertado pela retórica do poder público que difunde posicionamento hostil aos indivíduos que se deslocam.

Abordam-se as políticas de controle estatal sobre o deslocamento humano que visam excluir ou, até mesmo, impedir a regularização documental dos seres humanos que se movem pelos territórios. No entanto, a perspectiva do migrante “invasor” muda quando há interesse em sua mão de obra para ocupações, geralmente, de baixos salários.

De estranhos se tornam necessários para ocupar vagas que são, em algumas ocasiões, desprezadas pelos nacionais. O contexto econômico, assim, pode condicionar o posicionamento político de um país, de modo a torná-lo receptivo aos migrantes. A partir de 2010, quando o Brasil tornou-se rota de permanência de haitianos, algumas regiões do país absorveram a mão de obra em setores, mormente, da construção civil e em indústrias de transformação. Foi nesse período que, a partir de 2012, haitianos foram recrutados no Acre para o trabalho nessas áreas à região do Vale do Taquari.

A pesquisa etnográfica desenvolvida nesse local entre os anos de 2017 a 2020 viabilizou a interação com os migrantes haitianos e possibilitou delinear as significações da mobilidade, inclusive a perspectiva subjetiva desta prática que é constitutiva do mundo social haitiano. Os deslocamentos são nutridos por sentimentos, planos, expectativas, sonhos. O projeto migratório parece ser também o projeto de vida.

O artigo, nesse sentido, tem como objetivo analisar, teoricamente, como o posicionamento do Estado diante das migrações pode influenciar na relação de alteridade entre os nacionais diante dos indivíduos que se deslocam. Além disso, visa identificar o significado da mobilidade para os migrantes haitianos, sobretudo dos que se estabelecem no Brasil. É resultado de experiência etnográfica, aliada à investigação bibliográfica e documental.

## 1. A MOBILIDADE: PARA O MIGRANTE, O RECOMEÇO; PARA O NACIONAL, A DESCONFIANÇA

A opinião difundida após percebida a presença de migrantes no país, sobretudo com a visibilidade da migração haitiana, foi a de que eles iriam ocupar as vagas de trabalhadores brasileiros. O medo de que os migrantes “roubassem” os empregos sugeriu uma resistência em aceitá-los e respeitá-los como seres humanos, que se movimentam em busca de um “lugar ao sol”, como diria Érico Veríssimo.

Bauman (2009) diz que os migrantes representam o pesadelo de que as pessoas – no caso os nacionais - possam perder os meios de sobrevivência e posição social em razão das pressões econômicas. O pesquisador segue refletindo que “eles representam a fragilidade e a precariedade da condição humana, e ninguém quer se lembrar dessas coisas horríveis todos os dias, coisas que preferiríamos esquecer” (BAUMAN, 2009, p. 77). Nesse sentido, a presença do migrante é um estigma do sofrimento, do abandono, da vida que não deu certo. Invisibilizar a presença dos migrantes é uma estratégia para evitar que a lembrança do sofrimento desperte em pessoas que não estão em mobilidade.

Nas análises críticas de Bauman (2009, p. 77), os migrantes “tornaram-se os principais portadores das diferenças que nos provocam medo e contra as quais

demarcamos fronteiras”. Isso se reflete na resistência demonstrada pelas sociedades em que os migrantes se estabelecem em aceitá-los, sem discriminação e estranhamento. Muitas vezes essa resistência é justificada pelo medo das pessoas perderem seu emprego e sua posição social<sup>2</sup> na comunidade para um “estranho”.

Se acentuou o discurso de que a culpa pelo aumento do desemprego e, também, da violência, era em razão da presença do migrante: em tempos de crise, é apontado como “bode expiatório”, responsável pela crise econômica porque gera despesas aos cofres públicos, o que acarreta insuficientes prestações de serviços públicos à população em geral (VENTURA; ILLES, 2012).

O migrante quando tem acesso aos direitos sociais e usufrui dos programas e políticas públicas e de serviços sociais, como educação e saúde, passa a “depende” do Estado, e, potencializando a reflexão, caso ele esteja (sobre)vivendo em um país que passa por um contexto econômico de instabilidade, a sua presença, então, será desaprovada, pois gera despesas. Sayad (1998) observou que o migrante que causa menores despesas sociais é considerado mais vantajoso em relação àqueles que não trabalham, produzem menos ou são inativos economicamente, os quais são relegados a uma situação de parasitismo. Como descrevem Ventura e Illes (2012), o migrante será acusado como único responsável pela redução de recursos do Estado, fomentando os discursos de criminalização da migração.

A análise levantada por Ventura e Illes (2012) acerca da presença do migrante ser “aceita ou não” pelo Estado e pela opinião pública é a de que enquanto ele está gerando renda, ou seja, quando contribui com impostos e, ainda, não provoca custos, a presença até se torna tolerada (muitas vezes ela não faz diferença alguma, sequer é notada, a não ser que características físicas “saltem” aos olhos, como a cor da pele, no caso dos haitianos no Vale do Taquari, região colonizada, principalmente, por alemães e italianos). Essa hipótese considera um migrante que possui documentação, ou seja, que está “autorizado” a permanecer e circular no país. O migrante sem a documentação que autoriza a sua presença no território é ainda mais rejeitado e excluído pelo poder público e pela população nacional.

Os que não possuem documentação são, praticamente, invisibilizados e rejeitados – um “papel”, um documento, é valorado mais do que o ser humano. Wermuth (2014, p. 186) diz que os migrantes em situação irregular sob o ponto de vista jurídico vivem em “estado moribundo, submetidos a sucessivos processos de exclusão que paulatinamente os submetem a mais e mais violência”. Ele aprofunda a reflexão ao afirmar que as constantes cesuras “transformam” os migrantes indocumentados em “mera *vida nua*, ou seja, vida matável (*zoé*)”, conforme trecho que segue:

De fato, os imigrantes em situação irregular, pela sua própria condição, não conseguem se normalizar do modo imposto pelo direito. Em razão disso, uma vez catalogados como perigosos, submetem-se a sofrer a suspensão do direito, o que, por sua vez, os coloca em uma situação de exceção, quando o Estado realiza a separação entre os direitos dos cidadãos autóctones da mera

<sup>2</sup> Cavalcanti (2014, p. 13), em seus estudos relacionados à inserção dos migrantes no mercado de trabalho brasileiro, ressalta que é no mercado de trabalho que se compreende a “posição social” que ocupam os migrantes. Se apropriando dos termos do autor, é possível refletir que os brasileiros, ou nacionais, também mantêm uma posição social de acordo com a função laborativa que desempenham, e perder o emprego seria perder essa posição social.

vida nua dos migrantes. Nessa situação de vulnerabilidade extrema, os imigrantes estão expostos às mais variadas formas de violação sem que possam invocar qualquer norma jurídica em sua defesa. A lição de Foucault (2010), [...] de acordo com a qual o controle biopolítico não significa simplesmente a morte direta, mas também a indireta, por meio da multiplicação do risco, da exposição maior à morte de determinados estratos, é aqui perfeitamente vislumbrada (WERMUTH, 2014, p. 186-187).

Na visão de Agamben (2007, p. 18) a relação da política com o homem (vida) é de uma “exclusão inclusiva”, o expondo à vida nua. Implica dizer que a vida nua é “presa à política (que assumiu mais a forma de biopolítica) sob a forma de exceção”, “isto é, de alguma coisa que é incluída somente através de uma exclusão”. Argumenta que “a exceção é uma espécie de exclusão”, de modo que o excluído não está, completamente, fora de relação com a norma: “se mantém em relação a ela na forma de suspensão”, de maneira que “a norma se aplica à exceção desaplicando-se, retirando-se desta”. O “estado de exceção não é, portanto, o caos que precede a ordem, mas a situação que resulta da sua suspensão” (AGAMBEN, 2007, p. 25).

Agamben (2007, p. 26) explica que a situação criada na exceção não pode ser definida “nem como situação de fato, nem como uma situação de direito”, mas “institui entre estas um paradoxal limiar de indiferença”. De acordo com a elaboração teórica e reflexiva do autor, “a relação de exceção é uma relação de *bando*”, ou seja, “de abandono”, o que significa que o “banido” ou, no caso, o migrante indocumentado, não é, simplesmente, um “fora da lei” ou “indiferente a esta”, mas é “abandonado” por ela, exposto em risco “no limiar em que vida e direito, externo e interno, se confundem”. A relação da lei com a vida é de abandono e não de aplicação, o que denota a ideia de que as pessoas não estão protegidas pela lei, mas estão sujeitas ao poder do soberano (AGAMBEN, 2007, p. 36).

O controle soberano não se restringe, somente, aos migrantes indocumentados. Os documentados, embora tenham a presença reconhecida pelo Estado e, em razão disso, acesso facilitado, por exemplo, aos empregos formais, também são submetidos ao controle biopolítico que age, normalmente, pelas condicionantes econômicas. O controle estatal sobre a população encontra respaldo na teoria de Foucault (2003) sobre as formas de controle e vigilância, onde a governamentalidade do Estado se instrumentaliza como poder na multiplicidade de forças manifestadas nas relações e práticas humanas. O Estado, por meio de mecanismos de controle, utiliza estratégias e ações políticas sobre a população, tornando-a objeto de seu governo (FOUCAULT, 1987; AGAMBEN, 2007).

Alguns países, inclusive, criam barreiras físicas e jurídicas de acesso aos migrantes que consideram indesejados, legitimada, muitas vezes, pela ação da polícia e do discurso amedrontador da população da cidade em que se estabelecem acerca dos perigos

<sup>3</sup> Conforme Agamben (2007, p. 26), a situação criada na exceção “não é um fato, porque é criado apenas pela suspensão da norma; mas, pela mesma razão, não é nem ao menos um caso jurídico, ainda que abra a possibilidade de vigência da lei”.

<sup>4</sup> Em Agamben (2007, p. 36) se encontra a explicação de bando, que diz respeito à figura do excluído, e que se origina “do antigo termo germânico que designa tanto a exclusão da comunidade quanto o comando e a insígnia do soberano”; “em sua origem, *in bando*, a *bandono* significam em italiano tanto ‘a mercê de’ quanto ‘a seu talante, livremente’, como na expressão *correre a bandono*, e *bandito* quer dizer tanto ‘excluído, posto de lado’ quanto ‘aberto a todos, livre’, como em *mensa bandita* e *a redina bandita*”.

que os migrantes representam, discursos difundidos, inclusive, pela mídia (WERMUTH; SENGER, 2017). Em razão desse controle a fim de atender os interesses do desenvolvimento econômico, normalmente são movimentados à margem da sociedade – empregos com baixo salário, baixa qualificação e funções penosas – e expostos à vulnerabilidade social. Essa lógica excludente exige estratégias de sobrevivência que incluem habilidade e criatividade diante da escassez e ausência da tutela do Estado (WERMUTH, 2014).

Os discursos que desaprovam a permanência dos migrantes geralmente são de cunho econômico e levam em conta os custos ao Estado para mantê-los dependentes dos serviços públicos. A perspectiva econômica não “tolera” o migrante que onera os recursos públicos e, nesse sentido, Sennett (2007, p. 167) diz que as redes assistenciais e os direitos são “destruídos” a fim de libertarem a “economia política para agir com mais flexibilidade”.

No que se refere a viver – ou sobreviver – e possuir liberdade no atual processo de globalização, Supiot (2014, p. 23) adverte que “o objetivo de justiça social foi substituído pelo da livre circulação de capital e de mercadorias”. Os homens são tratados como “capital humano a serviço da economia”. Sassen (2014), por sua vez, reforça essa ideia dizendo que pode haver a redução das prestações sociais aos cidadãos em nome de um Estado competitivo neoliberal.

Além disso, reforçando essa linha de pensamento, Sennett (2007, p. 167) afirma que o regime neoliberal “trata os dependentes do Estado com a desconfiança de que são parasitas sociais”. Nessa senda, o estigma do migrante de dependente social do Estado, de acordo com Bauman (2005), pode causar ódio e, ainda, temor porque sua presença representa perigo e risco à segurança estatal. O migrante se torna inimigo e problema para a seguridade: quanto mais desconhecido e invisível esse inimigo, mais medo ele desperta e, com isso, mais segurança é preciso (BAUMAN, 2008).

O sentimento de insegurança que os migrantes despertam, para Bauman (2005, p. 73), representa a própria condição de descartável a que todos estão sujeitos. São comparados a “refugos humanos provenientes de lugares distantes descarregados em ‘nosso próprio quintal’”, evidenciando a vulnerabilidade que pode vitimar qualquer indivíduo em todas as partes do mundo:

Quando todos os lugares e posições parecem balançar e não são mais considerados confiáveis, a presença de imigrantes joga sal na ferida. Os imigrantes, e em particular os recém-chegados, exalam o odor opressivo do depósito de lixo que, em seus muitos disfarces, assombra as noites das potenciais vítimas da vulnerabilidade crescente. Para aqueles que os detratam e odeiam, os imigrantes encarnam – de modo visível, tangível, em carne e osso – o sentimento inarticulado, mas pungente e doloroso, de sua própria condição de descartável (BAUMAN, 2005, p. 73).

Seguindo o entendimento do autor, os migrantes são considerados “lixo global”, “perigosos”, “parasitas” e “terroristas”, o que produz preconceitos e gera a mixofobia. A “mixofobia” retratada por Bauman (2009, p. 17) é o “medo de misturar-se”. De acordo com o autor:

Essa mixofobia não passa da difusa e muito previsível reação à impressionante e exasperadora variedade de tipos humanos e de estilos de vida que se

podem encontrar nas ruas das cidades contemporâneas e mesmo na mais "comum" (ou seja, não protegida por espaços vedados) das zonas residenciais. Uma vez que a multiforme e plurilingüística cultura do ambiente urbano na era da globalização se impõe - e, ao que tudo indica, tende a aumentar -, as tensões derivadas da "estrangeiridade" incômoda e desorientadora desse cenário acabarão, provavelmente, por favorecer as tendências segregacionistas (BAUMAN, 2009, p. 17).

O autor (2009, p. 18) explica que esse medo de relacionar-se com os desconhecidos impulsiona à uma "comunidade de semelhantes" que visa evitar "riscos que caracterizam a vida cotidiana". A mixofobia, então, "se manifesta como impulso em direção a ilhas de identidade e de semelhança espalhadas no grande mar da variedade e da diferença".

Wermuth (2014, p. 254) evidencia que as "novas tecnologias" e a "incerteza que o futuro da sociedade globalizada representa", aliadas ao enxugamento do modelo de Estado do bem-estar social, geram "medo e insegurança às relações sociais na contemporaneidade", o que conduz "a um ambiente de mixofobia" e se acentua o "medo de misturar-se com estrangeiros".

A mixofobia pode desencadear a rejeição ao migrante na sociedade em que eles se estabelecem. É uma reação que pretende proteger o "nós", como define Sennett (2007). Esse sentimento de resguardo da "nossa" comunidade é fortalecida em decorrência do próprio capitalismo, conforme elucida o autor:

Lugar é geografia, um local para a política; comunidade evoca as dimensões sociais e pessoais do lugar. Um lugar se torna uma comunidade quando as pessoas usam o pronome "nós". Falar desse jeito exige uma ligação particular, embora não local; um país pode constituir uma comunidade quando nele as pessoas traduzem crenças e valores partilhados em práticas diárias concretas. [...] Um das consequências não pretendidas do capitalismo moderno é que fortaleceu o valor do lugar, despertou o anseio de comunidade. Todas as condições emocionais que estudamos no local de trabalho animam esse desejo: as incertezas da flexibilidade; a ausência de confiança e compromisso com raízes fundas; a superficialidade do trabalho em equipe; acima de tudo, o espectro de não fazermos nada de nós mesmos no mundo, de não "arranjarmos um galho" com o nosso trabalho (SENNETT, 2007, p. 165).

A autoproteção da comunidade, sugerida pelo autor, gera o isolamento das pessoas semelhantes que convivem nela, o que dificulta o entrosamento com migrantes. Consequentemente, quanto menos convivem com pessoas diferentes a eles, mais medo tem deles, razão pela qual buscam a companhia de seus iguais (BAUMAN, 2009). A rejeição ao migrante é entendida, nesse caso, como um modo de defesa à própria comunidade do que é diferente dela.

Viver com "estrangeiros", para Bauman (2009, p. 07) "é uma experiência que gera muita ansiedade", razão pela qual muitas pessoas tendem a evitar essa experiência. Por muito tempo o "estrangeiro", na Europa e na América do Norte, foi considerado uma presença "forte e assustadora". Hoje ele se tornou um lugar simbólico no qual se projetam angústias e ansiedades. Para Sennett:

A diferença está naquilo que vêm a ser essas angústias e ansiedades. Hoje, além das marcas há muito conhecidas do puro e simples preconceito e da manipulação política, a pecha de que são recobertos os imigrantes também é determinada pela vivência da burocracia instável e de curto prazo. No terreno do trabalho, o estrangeiro é objeto de ansiedades em torno da inutilidade ou da perda de emprego. [...] nesse trabalho perverso da imaginação, não se percebe que perseguir esses estranhos mais fracos que estão por perto adianta muito pouco, no sentido de tornar seguro nosso próprio emprego (SENNETT, 2006, p. 152-153).

Nesse trecho, Sennett (2006) evidencia que a presença do migrante desperta angústia e ansiedade em diferentes contextos: seja pelo preconceito ou pela instabilidade no emprego. Sassen (2014) esclarece que a migração causa desconforto não somente por questões pontuais, como o medo de perder o emprego. Ela “é uma ponte entre dois mundos”, mesmo que esse “mundo” seja a mesma região ou o mesmo país. O que se estranha, se discrimina, é o “outro”, o estranho, o desconhecido (SASSEN, 2014, p. 17).

A autora esclarece que os trabalhadores migrantes, já no século XIX, sofriam discriminação, sendo considerados indesejáveis por muitos setores da sociedade. Eles pertenciam, basicamente, ao mesmo grupo étnico, religioso e cultural do que a maioria das pessoas do local em que se estabeleciam. Os argumentos que banalizavam a presença deles, no entanto, eram relacionados aos seus comportamentos, como maus hábitos, moral equivocada e a prática inadequada da religião (SASSEN, 2014).

Segue explicando que os discursos atuais de rejeição ao migrante são diferentes: o “outro” – migrante – é discriminado pela raça, pela religião e pela cultura. Para a autora, os atuais argumentos de desprezo focados em questões de raça, religião e cultura são, na verdade, novos conteúdos para uma paixão antiga: a racialização do estranho, do outro (SASSEN, 2014, p. 17).

Algumas pessoas condenam os migrantes, também, porque tem medo do que Sennett (2006, p. 81) denomina de “fantasma da inutilidade”. Em um mundo capitalista onde se dissemina a ideia de que o homem somente é útil trabalhando, produzindo para gerar capital, e, necessariamente, para subsistir, o medo de não ter um emprego ou ser substituído por um migrante assombra como um fantasma. Sob uma perspectiva romantizada de uma questão quase que, puramente, mercadológica, sentir-se útil pode dizer respeito, inclusive, a fazer algo importante para os outros.

Ao irradiar indiferença (SENNETT, 2007), o sistema reduz o senso de que somos necessários aos outros. A indagação “quem precisa de mim?” revela a ideia de que contamos pouco como pessoa. Nos termos do autor, todos enfrentam a perspectiva de “ficar à deriva”, de deixar de existir, de ser inútil, seja no aspecto profissional como no aspecto humano (SENNETT, 2006, p. 32). Bauman (2009) reforça as reflexões de Sennett acerca do medo dos migrantes e refugiados.

Esse medo da inutilidade é evidenciado pela “economia – ou sociedade – das capacidades”, onde existem muitas pessoas qualificadas mas que não encontram espaço para as quais foram capacitadas. A máquina econômica, de acordo com Sennett (2006, p. 83-84), “pode ser capaz de funcionar de maneira eficiente e lucrativa” com uma elite qualificada cada vez menor.

O fantasma da inutilidade se configura a partir de três forças, que são: oferta global de mão de obra, automação e gestão do envelhecimento. Entre elas, destaca-se nesse argumento a oferta de mão de obra global, intensificada pelo fenômeno migratório, seja pela migração de indivíduos quanto pela de empregos (SENNETT, 2006).

Nos termos de Sennett (2006, p. 85), “o mercado de trabalho [...] busca talentos baratos”. A lógica do capitalismo, assim, facilita a busca de mão de obra mais barata, onde quer que ela esteja, ocorrendo nesse processo um fenômeno caracterizado pelo autor como “seleção natural” que visa ao trabalhador melhor capacitado, melhor preparado e que aceite o menor salário para desempenhar determinada função. Pode-se incluir como exemplo nessa narrativa o recrutamento que as empresas localizadas no Vale do Taquari empenharam para atrair os haitianos que estavam no Acre a fim de que assumissem vagas descartadas pelos nacionais.

Conforme observado na pesquisa, as funções pelas quais foram demandados, no entanto, não exigia qualificação profissional. Incluía, principalmente, o corte e desossa de aves e suínos, ocupações que envolvem movimentos físicos repetitivos e ocorrem, geralmente, em escalas noturnas, além de exigirem a permanência em ambiente artificialmente refrigerado. Muitos brasileiros desprezam essas atividades porque são consideradas penosas e não exigem capacitação, o que justifica os baixos salários.

Se percebeu que a escassez de mão de obra barata empregada, sobretudo, nos frigoríficos, impulsionou a busca desses migrantes haitianos no norte do país. Eles sim, em vista da extrema necessidade, aceitariam esses empregos desprezados pela comunidade brasileira local, situação ilustrativa de que a migração potencializa a oferta de mão de obra. Muitos haitianos contratados na época, inclusive, possuíam ensino superior e boa qualificação, mas as vagas não as exigiam.

Os migrantes haitianos, nesse contexto, foram contratados, principalmente, na região Sul e Sudeste do país porque são necessários para o funcionamento de setores nos frigoríficos e demais serviços da economia brasileira – como construção civil. Essa realidade corrobora a análise de Sassen (2014), a qual declara que a migração está condicionada ao funcionamento do sistema econômico dos países para o qual se deslocam, incluindo o recrutamento direto, tal como ocorreu com os migrantes haitianos recrutados, em 2012, por empresas dos setores da indústria de transformação e construção civil na região do Vale do Taquari (MEJÍA; CAZAROTTO; ROGERIO, 2018).

O reconhecimento social desses indivíduos, parafraseando Sayad (1994), é como mera força de trabalho. Eles são “estranhos necessários” (SENNETT, 2006, p. 151) para desempenhar atividades econômicas nos locais em que se estabelecem.

## 2. “ESTRANHOS NECESSÁRIOS”: A DESCONFIANÇA PERDE LUGAR À NECESSIDADE

Sassen (2014) observa que as condições econômicas, políticas e sociais do país em que os migrantes se estabelecem determina os parâmetros dos fluxos migratórios. Brzozowski (2012, p. 143) manifesta opinião semelhante, dizendo que “o desenvolvimento econômico exerce influência sobre a migração”. O Brasil, em 2012, quando o primeiro grupo de haitianos foi recrutado no Acre para o trabalho nos frigoríficos e na construção civil à região do Vale do Taquari, vivia um período econômico e político de



importância no cenário mundial e, conseqüentemente, favorável à migração: foi considerado a sexta maior economia do mundo<sup>5</sup>.

No que se refere à migração haitiana, Joseph (2015, p. 50) destaca que uma das motivações da escolha do Brasil como rota de mobilidade foi “a posição pública e internacional de abertura e de hospitalidade do Governo brasileiro em relação aos haitianos”. Silva (2012) informa que o então presidente do país, Luiz Inácio Lula da Silva, ao visitar o Haiti logo após o terremoto, em 2010, manifestou apoio e declarou que os haitianos seriam acolhidos caso viessem ao Brasil.

Bersani e Joseph (2017, p. 10) reforçam o discurso de que o espaço de mobilidade transfronteiriço Haiti-Brasil, a partir de 2010, foi construído na ideia “do Brasil como ‘terra de oportunidades’”<sup>6</sup>. Além disso, foi difundida a informação de que havia “expectativa da existência de uma demanda de mão de obra para o trabalho nas obras da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016”.

O bom contexto econômico e político em que o país vivia no cenário mundial, aliado à “postura pública de abertura e hospitalidade adotada internacionalmente pelo governo brasileiro” propícia à migração haitiana (BERSANI; JOSEPH, 2017, p. 10) podem ter favorecido o aumento do fluxo migratório haitiano ao Brasil a partir do ano de 2010. Nesse sentido, é possível endossar a ideia de Sassen (2014) quando ela afirma que as condicionantes econômicas, políticas e sociais do país “receptor” podem determinar os fluxos migratórios.

Mas, e se o Brasil não estivesse em um contexto econômico de crescimento, alinhado a um posicionamento político de aparente hospitalidade à migração? E se as empresas não estivessem precisando dessa mão de obra que foi suprida pelos migrantes, o governo federal estaria interessado em demonstrar empatia à mobilidade haitiana e em regularizar a permanência desses migrantes por meio do visto humanitário? Não fossem trabalhadores assalariados e contribuintes, seriam aceitos ou tolerados pela sociedade? E se não atendessem aos interesses e necessidades do mercado?

Sassen (2014) sugere que a migração se apresenta como parte integrante dos espaços e períodos de crescimento da economia do país “receptor”. E aí fica o questionamento: o posicionamento favorável à migração haitiana manifestado pelo governo brasileiro em 2010 foi simples e, puramente, hospitalidade e gentileza ou havia o interesse na mão de obra?

A autora denomina de “país receptor” o local em que os migrantes se estabelecem e chama à atenção o fato de que o Estado não pode se considerar um observador passivo e acreditar que a migração é um processo exógeno, constituído e configurado por condições externas ao país e que fogem de seu domínio e controle (SASSEN, 2014).

<sup>5</sup> Reportagens dos anos de 2011 e 2012, amplamente difundidas na rede mundial de internet, destacam esse dado. Para mais informações, acessar: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/03/01/pib-2012.htm>>; <<https://oglobo.globo.com/economia/brasil-a-sexta-maior-economia-do-mundo-4233033>>; <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111226\\_grabretanhabrasil\\_ss](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111226_grabretanhabrasil_ss)>; <[https://is-toe.com.br/184334\\_BRASIL+ULTRAPASSA+REINO+UNIDO+E+SE+TORNA+6+ECONOMIA+DO+MUNDO/](https://is-toe.com.br/184334_BRASIL+ULTRAPASSA+REINO+UNIDO+E+SE+TORNA+6+ECONOMIA+DO+MUNDO/)>.

<sup>6</sup> Os autores Bersani e Joseph (2017, p. 10) esclarecem que “relações entre Haiti e Brasil remontam à década de 1940, particularmente no campo diplomático, mas foi a partir de 2004 que elas se intensificaram. No referido ano, o Haiti se tornou espaço de atuação de várias instituições brasileiras, como, por exemplo, as tropas militares da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), além de outras Organizações Não-Governamentais (ONGs) e religiosas brasileiras já presentes no país”.

Devido à dificuldade em conseguir informações, diretamente, das empresas que recrutaram e contrataram os migrantes haitianos<sup>7</sup>, algumas, inclusive, ainda são as maiores empregadoras dessa mão de obra, - como a Dália Alimentos, em Encantado, que buscou um grupo de, aproximadamente, 50 haitianos -, reportagens divulgadas em 2012 em jornal de circulação regional dão conta do otimismo da cooperativa pela vinda dos migrantes, os quais teriam a possibilidade de “reconstruir suas vidas através do trabalho”<sup>8</sup>.

Figura 4 - Reportagem divulgando a chegada de haitianos em Encantado/RS



Fonte: Pastoral do Migrante Regional Sul (2012)<sup>9</sup>.

No que se refere à vinda dos haitianos a Lajeado, reportagem veiculada no mesmo jornal em 2012 informa que a construtora Zagonel supriu a escassez de operários na região recrutando haitianos que estavam em Manaus, no Amazonas. O proprietário da construtora informou que muitas obras estavam sendo construídas e com o grupo que veio a falta de mão de obra para serventes, pedreiros e operadores foi

<sup>7</sup> No decorrer da pesquisa de campo, todas as tentativas de contato com algumas empresas que contratam haitianos nas cidades de Lajeado e Encantado, no Rio Grande do Sul, restaram inexitosas. As aproximações foram mediadas via ofício, email, telefone e, até mesmo, presencialmente, mas mesmo identificando, devidamente, o projeto e a Universidade, as conversas foram negadas e, em alguns casos, as solicitações sequer respondidas. Pelo observado, a temática migração e trabalho não é bem recebida como um ponto de convergência entre a academia e o ramo empresarial. Só não se entende a razão que motiva esse afastamento pois, se não há nada de irregular na contratação de migrantes, por que não é possível o diálogo sobre o assunto? Para elucidar a recusa específica ao tema, em uma oportunidade contactamos uma empresa, via telefone, e solicitamos uma conversa com o representante do setor de Recursos Humanos sobre desenvolvimento regional, apenas, sem mencionar o interesse pela contratação de migrantes. A conversa foi, prontamente, marcada. Porém, em outro momento, para a mesma empresa requeremos uma conversa para tratar da importância da mão de obra migrante ao desenvolvimento regional: a solicitação teve que ser reforçada via email, passou de um setor para outro, exigindo trâmites excessivos, além da demora no retorno. Esses entraves impediram a obtenção de informações diretamente das empresas.

<sup>8</sup> Essa informação foi divulgada na reportagem veiculada no jornal “O Informativo”, intitulada “Haitianos chegam para trabalhar no Vale do Taquari”, em 16 de outubro de 2012. Disponível em: <<https://www.informativo.com.br/geral/haitianos-chegam-para-trabalhar-no-vale-do-taquari,7876.jhtml>>. Acesso em: 26 ago. 2020. Outra reportagem foi divulgada no blog da Pastoral do Migrante Regional Sul, com o título “50 haitianos vão trabalhar em empresa de Encantado”, no dia 15 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://pastoraldomigrantereionalsul.blogspot.com/2012/10/cidade-de-encantado-rs-recebe-o.html>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

<sup>9</sup> Imagem divulgada no blog da Pastoral do Migrante Regional Sul, no dia 15 de outubro de 2012, em matéria denominada “50 haitianos vão trabalhar em empresa de Encantado”. Disponível em: <<http://pastoraldomigrantereionalsul.blogspot.com/2012/10/cidade-de-encantado-rs-recebe-o.html>>. Acesso em: 17 set. 2020.

resolvida<sup>10</sup>. As informações divulgadas revelam o interesse laboral que os migrantes despertaram e não dizem respeito, necessariamente, a um direito de livre circulação. A presença do migrante haitiano estaria relacionada à necessidade do mercado de trabalho.

Figura 5 - Haitianos trabalhando no setor da construção civil em Lajeado/RS



Fonte: O Informativo (2012)<sup>11</sup>.

Essa ideia, inclusive, foi difundida por meio de mídia jornalística, na matéria com o seguinte título: “Estudo revela que a imigração ajudará manter o desenvolvimento”<sup>12</sup>. A mensagem parecia justificar a presença do migrante haitiano no Vale do Taquari por questões de desenvolvimento econômico, informando, sobretudo, que o mercado de trabalho precisa de pessoas economicamente ativas e os migrantes demonstram boa disposição para o trabalho.

O informe revelou, ainda, que o número de filhos por casal diminuiu na região, razão pela qual se projetava a seguinte situação: com menos pessoas nascendo e a população envelhecendo, os migrantes poderiam manter o ritmo de crescimento das cidades. Apesar da abordagem com viés mercadológico da importância do migrante haitiano, houve destaque para o fato de que o Vale do Taquari se tornaria ainda mais rico em cultura e etnias.

<sup>10</sup> Matéria divulgada no jornal “O Informativo”, em 27 de junho de 2012, denominada “Haitianos viram pedreiros na cidade”. Disponível em: <<https://www.informativo.com.br/geral/haitianos-viram-pedreiros-na-cidade,6051.jhtml>>. Acesso em: 26 ago. 2020.

<sup>11</sup> Matéria divulgada no jornal “O Informativo”, em 27 de junho de 2012, denominada “Haitianos viram pedreiros na cidade”. Disponível em: <<https://www.informativo.com.br/geral/haitianos-viram-pedreiros-na-cidade,6051.jhtml>>. Acesso em: 26 ago. 2020.

<sup>12</sup> A reportagem “Estudo revela que a imigração ajudará manter o desenvolvimento” foi divulgada no jornal “O Informativo”, no dia 22 de junho de 2015, e pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: <<https://www.informativo.com.br/tema-do-dia/estudo-revela-que-a-imigracao-ajudara-manter-o-desenvolvimento,29633.jhtml>>. Acesso em: 26 ago. 2020.

Essas notícias jornalísticas, além de ajudarem a contextualizar a vinda dos haitianos à região, podem revelar a influência dos meios de comunicação na difusão da imagem do migrante haitiano e na construção da opinião pública. O migrante haitiano foi caracterizado como trabalhador e necessário ao desenvolvimento econômico das cidades, o que pode ter colaborado na formação de opinião sobre esse fluxo migratório.

Não se pode ignorar que o ambiente laboral na região do Vale do Taquari é atrativo aos migrantes haitianos e a vinda e permanência de alguns para esse local é definida pelas oportunidades que o mercado de trabalho oferece: mão de obra para ser empregada em postos de trabalho com baixos salários. Mesmo constatando que a economia é elemento que intervém na circulação de pessoas, outra observação é possível delinear: os migrantes também constroem as dinâmicas migratórias através das experiências e trajetórias de vida nos espaços em que se mobilizam.

Exemplificando esta observação, num primeiro momento, um pequeno grupo foi atraído e recrutado para cidades da região. Depois, porém, a vinda constante de haitianos foi mobilizada pelas redes migratórias construídas entre eles e dinamizada para as demais regiões do país. Nieto (2014) assevera que o dinamismo dos haitianos transformou os territórios devido às interações das redes migratórias e Joseph (2015, p. 168) acrescenta que a “difusão espacial da mobilidade haitiana” foi impulsionada pelas “redes de trabalho e os contratos de empresas”.

A migração de haitianos ao Vale do Taquari, sob a perspectiva da maioria dos brasileiros, se caracteriza como uma migração econômica, mas, e sob o ponto de vista dos haitianos, afinal, qual a motivação da mobilidade? Migram para trabalhar, estudar, para ascender economicamente? É uma necessidade, um sonho, um projeto de vida?

### 3. AFINAL, QUAL O SIGNIFICADO DA MOBILIDADE PARA OS HAITIANOS?

Conforme Joseph (2015, p. 163), “o trabalho, a atividade econômica é uma dimensão importante da mobilidade” haitiana. No entanto, são diversos os fatores que os mobilizam, entre eles políticos, culturais, educacionais, estratégias geográficas e sociais. O pesquisador salienta que a “mobilidade é um fenômeno antigo e estrutural entre os haitianos” (JOSEPH, 2015, p. 48).

As remessas monetárias constituem importante dimensão da migração haitiana, e são fatores que tornam complexo esse fenômeno migratório. Muitas famílias que permanecem no Haiti são dependentes dessas remessas. Sob essa perspectiva se compreende a observação de Joseph (2015, p. 74), de que a “mobilidade dos que partem contribui à imobilidade dos que ficam e vice-versa”, identificada pelas remessas enviadas pelos migrantes haitianos aos que permanecem ou pelo financiamento da viagem aos que partem.

De acordo com pesquisa de Baeninger e Peres (2017, p. 136), quantia significativa dos salários de haitianos que trabalham no Brasil foram enviadas para familiares no Haiti, o que caracteriza as remessas “elemento estruturante do campo social desta migração”. Para Magalhães (2017, p. 241), “as remessas de migrantes são responsáveis por financiar parte significativa do consumo corrente das famílias receptoras”. Além do âmbito familiar, favorecem a economia do país: conforme pesquisa de Magalhães (2017, p.

240), nos últimos dez anos as remessas de migrantes constituíram “entre 22% e 26% do PIB nacional” haitiano.

O contexto da dependência de remessas parece ser significativo no caso haitiano. Para além desse indicativo, Joseph indica que a migração constitui o mundo social haitiano, como descrito a seguir:

O mundo da mobilidade possui lógicas próprias que ordenam a vida das pessoas e o seu mundo social. A mobilidade se desenvolve, ao mesmo tempo, como uma perspectiva econômica, mas também como um modelo social. De prática conjuntural, a mobilidade tende a se constituir, a partir de uma lógica estrutural. No Haiti, ela se impõe como uma realidade social de primeira ordem. [...] A mobilidade é constitutiva do cotidiano haitiano (JOSEPH, 2015, p.186).

O que o autor destaca é que além da mobilidade ser “constitutiva do mundo social” haitiano, ainda é um universo que constituiu a “trajetória de vida das pessoas e dos horizontes de possibilidades delas” (JOSEPH, 2015, p. 393). Ao descrever a historicidade da mobilidade haitiana, ele conta que não seria exagero afirmar que a maioria da população tem o “sonho de partir ou viajar”, assim como é comum que as redes familiares tenham, pelo menos, um componente em outro país.

Parafraseando Joseph (2015, p. 67), existem expressões que marcam o mundo social haitiano, como as frases: “‘Tenho de viajar um dia para *peyi etranje*’ (país estrangeiro), ‘Desde que nasci, meu sonho era partir um dia’, e ‘Antes de morrer com certeza vou partir’”. Ele retrata que a migração, para muitos, “se constitui numa ‘obrigação’, como ‘algo predestinado’ e num ‘sonho’ a ser realizado” (JOSEPH, 2015, p. 67).

A prática da mobilidade é comum no Haiti desde a fundação colonial, como demonstra o trecho que segue:

Desde a fundação do Haiti como colônia, a mobilidade – mesmo tendo sido forçada – esteve presente com a vinda dos milhares de escravizados africanos através do comércio transatlântico. Posteriormente, a peculiaridade e o contexto singular da luta pela independência – entre 1793 e 1803 – coincidente com a libertação dos escravizados, teria constituído uma nova cultura de *mar-ronnage*, de mobilidade e de migração. Os principais estudos sobre a história da emigração haitiana, geralmente não dão ênfase aos descendentes dos *af-franchis* (ex-escravizados) e aos *mûlatres* (mulatos) considerados como parte da elite e proprietários de terras, que mandavam seus filhos, desde o final do século XVIII, e também, posteriormente, no século XIX, após a Independência do Haiti, para realizar seus estudos na França (JOSEPH, 2015, p. 67-68).

A prática da mobilidade entre os haitianos é tão habitual na configuração histórica do país que, inclusive, os processos migratórios, desde o início do século XX até a atualidade, são divididos em quatro fluxos<sup>13</sup>. O aumento da dinâmica migratória haitiana

<sup>13</sup> Conforme explicação de Joseph (2015, p. 69, 70, 72 e 73), “o primeiro grande fluxo de mobilidade de haitianos para o exterior constituiu-se no período no qual as forças armadas americanas ocuparam Haiti (1915-1943) e República Dominicana (1912-1924) simultaneamente. [...] O segundo fluxo de migração haitiana inaugura-se quando os Estados Unidos se tornaram mais familiar no universo haitiano. No plano cultural, no Governo Elie Lescot (1941-1946), o inglês tornou-se obrigatório no sistema educacional do país e cresceram significativamente as igrejas protestantes americanas. [...] O fenômeno do *boat people* teve seu auge nesse segundo fluxo migratório de 1977 a 1981 quando 50.000 a 70.000 haitianos chegaram vivos às costas da Flórida, tendo

ao Brasil corresponde ao quarto fluxo de mobilidade, que teve início em 2010. Diversas foram as razões que impulsionaram “novos sujeitos e circuitos no espaço migratório internacional” nessa quarta classificação, entre elas: “insegurança pública, política, socioeconômica, alimentícia, educacional, incluindo a área da saúde e do saneamento básico” no Haiti, quadro que foi “agravado pela tragédia provocada pelo terremoto de janeiro” de 2010 (JOSEPH, 2015, p. 73).

Joseph explica que os interlocutores de sua pesquisa alegavam que não estavam abandonando o país, como fundamentado abaixo:

Os meus interlocutores explicavam a escolha pela mobilidade não como uma opção de deixar o Haiti ou um abandono do país, mas através da expressão evocada por eles: *chèche lavi*: busca daquilo não encontrado no país, isto é, estabilidade política e socioeconômica, serviços de saúde, infraestrutura, estudo, trabalho, dinheiro para enviar aos próximos. Nas palavras deles, na busca *d'un mieux être* (do bem-estar), uma qualidade de vida cotidiana melhor do que aquela do Haiti. A profundidade histórica abordada aqui revela o caráter constitutivo que a mobilidade tem no universo social haitiano (JOSEPH, 2015, p. 73-74).

Esta observação do autor foi confirmada em conversas com colaboradores da pesquisa. Um deles contou que migrou porque lá no Haiti estava tudo devastado, comentou do desastre que o terremoto causou e que não gostava de lembrar, a expressão de seu rosto denunciava a tristeza que sentia. Porém, ele seguiu contando, como um desabafo, sobre o dia do terremoto. Ele estava na escola, um prédio de 10 andares, e ouviu a voz de Jesus no seu ouvido dizendo para ir embora – em muitas narrativas é recorrente a manifestação da religiosidade como um recurso simbólico de sentido às experiências pessoais. Pegou sua mochila e foi para casa. Pouco depois que chegou em casa houve o sismo. O prédio de sua escola, onde estava, virou um andar só, disse:

Sabe uma gaita fechada? De repente ele estava inteiro e depois caiu tudo. Meus amigos estavam lá e morreram todos. Perdi muitas pessoas. Estava tudo devastado, sem futuro. Não tinha futuro ficar lá. Muita gente estudando, não tem o que fazer, onde se empregar. Aí vem embora pra começar uma nova vida, é um recomeço. Recomeço porque se você era empresário, advogado, engenheiro, professor, o que você estudou, isso não importa mais, fica para trás. Você tem que recomeçar a sua vida. Aí pra ter uma vida melhor as famílias se organizam e os filhos vão para outros países recomeçar, ter um futuro (DIÁRIO DE CAMPO, 23/01/2019, p. 04).

O recomeço é definido e apoiado, muitas vezes, pela família, como dito pelo interlocutor. Na diáspora haitiana as famílias transnacionais constituem redes sociais e familiares que compartilham recursos materiais e financeiros, o que possibilita a existência do espaço social transnacional em constante movimento (NIETO, 2014).

Outro colaborador, em diálogos sobre a saudade que o Haiti desperta, disse: “nem fale, todo dia, é muito difícil”. Revelou que quer voltar para lá: “Todo mundo quer. Mas

---

morrido muitos nesse mesmo período em alto mar. [...] Um terceiro fluxo de mobilidade haitiana iniciou-se na primeira metade da década de 1990. No contexto do golpe de Estado e da deportação do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, aproximadamente 46.000 *boat people* foram interceptados em alto mar e conduzidos aos campos de detenção de Guantânamo Bay em Cuba. [...] O quarto registro de fluxo de mobilidade haitiana iniciou-se a partir de 2010”.

agora não dá. Muito problema lá ainda, Haiti não melhorou, agora problemas políticos. Sempre teve na verdade”. Essas declarações evidenciam o quanto a busca por bem-estar e qualidade de vida são prioridade nas escolhas e trajetórias de vida dos migrantes, assim como declarou Joseph (2015).

O sonho de partir é alimentado pela possibilidade do recomeço. A estrutura social haitiana tem no fenômeno migratório uma prática social. O imaginário é recheado de sentimentos, planos, expectativas e de sonhos. O sonho de uma vida melhor, de aprendizado, de satisfação em proporcionar à família o que no Haiti não é possível devido à miséria e falta de oportunidade.

O projeto migratório parece ser também o projeto de vida, que é planejado pelo próprio indivíduo que migra, pela sua família ou por ambos na busca por uma vida melhor. O migrante, mesmo sob influência da globalização, pode ser considerado, então, o protagonista de sua trajetória de vida. Mezzadra (2012) propõe analisar a migração sob a perspectiva da autonomia do migrante uma vez que a migração não é, simplesmente, uma resposta aos problemas econômicos e sociais, mas também um movimento social.

A perspectiva economicista das migrações, para Mezzadra (2012, p. 71), não deve ser abordada isoladamente, deve ceder espaço à perspectiva subjetiva pois, em seus termos, é preciso dar destaque à “produção de subjetividade”, que “produz cotidianamente” “choques” “por um lado, da ação de dispositivos heterogêneos de assujeitamento e, por outro, de uma multiplicidade de práticas de subjetivação”. A perspectiva da autonomia, para o autor, requer sensibilidade, como descrito a seguir:

Adotar a perspectiva da autonomia das migrações requer, portanto, uma “sensibilidade diferente”, um olhar diferente, eu diria. Significa olhar os movimentos e os conflitos migratórios em termos que priorizem as práticas subjetivas, os desejos, as expectativas, e os comportamentos dos próprios migrantes. Isto não quer dizer, contudo, ‘romantizar’ a migração; ao contrário, a ambivalência dessas práticas e experiências subjetivas deve ser sempre levada em conta. No âmbito do fenômeno das migrações enquanto movimentos sociais, novos dispositivos de dominação e exploração são forjados, ao lado de novas práticas de liberdade e igualdade. A abordagem da autonomia das migrações deve, neste sentido, ser compreendida como uma nova perspectiva de análise das “políticas de mobilidade” (MEZZADRA, 2012, p. 73).

A partir da perspectiva do protagonismo se desconstrói o “estigma do migrante passivo, em situação de vulnerabilidade, aquele que tende a aceitar viver em condições de precariedade” (JOSEPH, 2018, p. 10). O indivíduo, diante de tantas imposições do mundo globalizado e dos interesses econômicos e políticos, age e se mobiliza para transformar a sua realidade e o meio ambiente em que habita.

Para muitos haitianos, a mobilidade é uma prática tão comum que, na verdade, a imobilidade é o que se torna curioso. Joseph (2018) argumenta que o ser humano é tendente a se deslocar, é intrínseco ao ser migrar em escala local, regional, nacional e supranacional, como destacado na abordagem seguinte:

O migrante é um ser aberto ao mundo, um ser dinâmico que se constrói e se ressignifica através do movimento e em movimento. [...] Foram esses movimentos migratórios que acompanharam a história da humanidade, os que

introduziram os primeiros processos globalizantes. Processos no âmbito dos quais a migração foi e continua sendo uma prática construtiva em diversas esferas da vida das pessoas, por fornecer meios e mecanismos para aprender a lidar com as alteridades e as interculturalidades. Contudo, nem sempre as pessoas dão vazão a essa vocação de estar em mobilidade por diversas razões, pessoais, familiares, econômicas, sociopolíticas, religiosas, e até de saúde. Essa vazão não está associada apenas à vontade individual e coletiva das pessoas, por vezes, também são escolhas. Alguns ficam para que outros partam. O que caracteriza uma relação mútua entre mobilidade e imobilidade (JOSEPH, 2018, p. 09).

Conforme entendimento do autor, a vocação inerente à condição humana da mobilidade nem sempre desperta. Em países em que a migração não é entendida como uma prática social constitutiva, assim como no Haiti, as pessoas que não se mobilizam, geralmente, desconfiam dos que se deslocam. Os que estão imóveis, mesmo que a qualquer momento possam se tornar seres em mobilidade, tendem a suspeitar e questionar o motivo pelo qual um indivíduo deixa “para trás” a família, os amigos, a cidade, a casa, o emprego, o estudo.

Essas inquietações, que muitas vezes dizem respeito às insatisfações de muitos dos que julgam (por exemplo, tem pessoas que não estão felizes com seu emprego mas se resignam e se acomodam à situação; essas pessoas, ao perceberem que outras estão se deslocando para mudar a realidade da qual não aceitam, não se conformam pois acham que se elas estão vivendo algo que não gostam, os demais também não tem o direito de buscar algo melhor; algumas não conseguem lidar com seus defeitos e fraquezas e apontam para o outro), são reforçadas pelos discursos preconceituosos construídos pelo governantes.

Refletir sobre a migração a partir da perspectiva de quem migra, apesar de ser um desafio, é uma experiência que desconstrói paradigmas e descortina novos horizontes, novos olhares e, com isso, reorganiza as percepções e os sentimentos.

## CONCLUSÃO

O posicionamento hostil à migração que alguns governos propagam mascara interesses que dizem respeito, normalmente, as questões econômicas. A narrativa estatal que visa segregar e criminalizar o migrante como estranho, invasor e indesejado cria um clima de insegurança, reforçando as políticas restritivas respaldadas pela comunidade nacional. Esses discursos de estranhamento são alimentados pela competição acirrada do capitalismo: o medo do “estranho” não é nem tanto o medo da pessoa, mas do que ela pode “tirar de mim”, como o emprego.

Muitos dos que desconfiam da presença do migrante deveriam entender que a mobilidade não é só por trabalho: é o sonho, a vida, o sentido existencial. A motivação é tão mais simples do que as narrativas negativamente construídas que parece se perder no emaranhado de complexidade do mundo globalizado tão comercial e nem tanto humano. Sob esse prisma, como afirma Joseph (2018, p. 09), migrar “vai além de um deslocamento no tempo e no espaço”, é um “modo de vida do migrante”.

Os deslocamentos humanos são pensados e analisados, geralmente, sob a perspectiva estatal. As questões legais impostas pelo Estado, para as pessoas em mobilidade,



são pensadas estrategicamente e, apesar das políticas restritivas, algumas, inclusive, desconhecidas por elas, é preciso “saber circular entre mundos legais”. Buscar afirmar-se diante do Estado, mesmo perante tantas barreiras, é tentar “levar a vida” e buscar o “bem-estar”, seja juntando dinheiro, cumprindo as obrigações com os que ficam”, “mantendo “reputações pessoais e familiares”, tendo acesso à documentação, entre outros (JOSEPH, 2015, p. 36).

Porém, o projeto migratório parece ser também o projeto de vida de muitos haitianos que se deslocam, no caso específico ao Brasil, que é planejado pelo próprio indivíduo que migra, pela sua família ou por ambos na busca por uma vida melhor. O migrante, mesmo sob influência da globalização, pode ser considerado, então, o protagonista de sua trajetória de vida.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. 2 reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **R. bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.119-143, jan./abr. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida pra consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BERSANI, Ana Elisa; JOSEPH, Handerson. Apresentação – o Brasil e a diáspora haitiana. Dossiê Dinâmicas migratórias haitianas no Brasil: desafios e contribuições. **Temáticas: revista dos pós-graduandos em ciências sociais**, Campinas, SP, v. 25, n. 49/50, 2017.

BRZOWSKI, Jan. Migração internacional e desenvolvimento econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 137-156, Aug. 2012.

CAVALCANTI, Leonardo. Imigração e mercado de trabalho no Brasil. Características e tendências. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia

(Orgs.) **A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, p. 11-22, 2014.

DIÁRIO DE CAMPO de 23/01/2019. Encontro com colaborador haitiano. Lajeado/RS.

**Acervo do Projeto de Identidades étnicas em espaços territoriais da Bacia hidrográfica do Taquari-Antas/RS: história, movimentações e desdobramentos socioambientais**. Lajeado: Univates. 23 jan. p.4.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 18. ed. São Paulo: Graal, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 3. ed.. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

JOSEPH, Handerson. **Diaspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. Tese (doutorado) – UFRJ/Museu Nacional/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. 429f.

JOSEPH, Handerson. Diaspora. Sentidos Sociais e Mobilidades Haitianas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 51-78, jan./jun., 2015.

JOSEPH, Handerson. Prólogo. In: MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria (Org.). **Migrações e direitos humanos: problemática socioambiental**. Lajeado: Ed. da Univates, 2018, p. 09-12.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 2017.

MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria; CAZAROTTO, Rosmari; ROGERIO, Marcele Scapin. O direito à cidade de migrantes contemporâneos: o caso de Lajeado - Rio Grande do Sul – Brasil. In: MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria (Org.). **Migrações e direitos humanos: problemática socioambiental**. Lajeado: Ed. da Univates, 2018, p. 173-196.

MEZZADRA, Sandro. Multidão e Migrações: a autonomia dos migrantes. **Revista do Programa de pós-graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 02, p. 70-107, 2012.

NIETO, Carlos. **Migración haitiana a Brasil: redes migratorias y espacio social transnacional**. 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014. E-Book. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20141118015558/Migracion.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

SASSEN, Saskia. **Inmigrantes y ciudadanos**: de las migraciones masivas a la Europa fortaleza. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2014.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração e os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Sidney Antonio da. "Aqui começa o Brasil". Haitianos na Tríplice Fronteira e Manaus. In: SILVA, Sidney Antonio da (Org.). **Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais**. Manaus: Fapeam, 2012, p. 300-322.

SUPIOT, Alain. **O espírito da Filadélfia**: a justiça social diante do mercado total. Tradução de Tânia do Valle Tschiedel. Porto Alegre: Sulina, 2014.

VENTURA, Deisy; ILLES, Paulo. **Qual a política migratória do Brasil?** 2012. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/qual-a-politica-migratoria-do-brasil/>>. Acesso em: 05 jun. 2020

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. **A produção da vida nua no patamar de (in)distinção entre direitos e violência: a gramática dos imigrantes como "sujeitos de risco" e a necessidade de arrostar a mixofobia por meio da profanação em busca da comunidade que vem**. Tese (doutorado em Direito) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Direito. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2014. 271 f.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; SENGER, Ilise. As migrações no mundo contemporâneo e o paradoxal papel dos direitos humanos: proteção ou abandono? **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**, Fortaleza – CE, v. 37, n. 1, p. 117-145, 2017.

